

17 JUL 2002

VALOR ECONÔMICO

Tesouro não vê problemas de curto prazo para administrar a dívida

DÍVIDA PÚBLICA

Arnaldo Galvão
De São Paulo

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Refinetti Guardia, afirmou ontem que o superávit primário de 3,75% do PIB permite o pagamento do serviço da dívida. Ponderou que o problema é a incerteza quanto à manutenção desse patamar de superávit pelo próximo governo. "Não acredito que a economia brasileira vai conviver com mais doze meses de estresse, como afirmam alguns analistas. A capacidade do Tesouro é extremamente folgada para o vencimento da dívida. Não vejo problemas no curto prazo", justifica Guardia.

Ele participou de um debate na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).

O editor da revista Indicadores, da Diretoria de Economia do Setor Público (Diesp) da Fundap, Fernando Sampaio, disse que o elemento novo é a discussão sobre se a dívida pública é sustentável a curto prazo. Sampaio criticou a "falsa" comparação com a Argentina. "O presidente Fernando de La

Rúa não mudou a economia que recebeu de Carlos Menem. O candidato do governo, José Serra, foi um dos primeiros a colocar essa comparação, sugerindo que a vitória de Lula significaria mudanças de rumo que nos levaria à mesma crise que a Argentina enfrenta. Essa postura também aumentou a percepção de risco do país".

Para Sampaio, o Brasil não está na mesma camisa-de-força porque, entre outros fatores, tem câmbio flutuante e a dívida pública é, basicamente, interna.

O secretário do Tesouro afirmou que a escalada do risco-país não pode ser explicada pela vulnerabilidade externa. "Continuamos financiando o déficit com investimento direto estrangeiro", justificou Guardia.

Para o titular da STN, o ponto central da sustentação do superávit primário de 3,75% do PIB é a rigidez orçamentária. Revelou que, dos R\$ 311 bilhões previstos para o orçamento geral da União em 2002, sobram apenas R\$ 1,5 bilhão por mês para gastos "discricionários" ou não vinculados.

Guardia também alertou que se uma reforma tributária reduzir a carga o governo é obrigado a diminuir gastos e isso pode ser um problema para manter o superávit primário. Disse que não é aceitável uma reforma tributária "irresponsável do ponto de vista fiscal".

O economista da Fundap e professor da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Jr, disse que quem está assustado com a economia brasileira tem razão para isso. Na sua análise, o Brasil tem "enormes dificuldades" para crescer 3,5% ao ano e os fundamentos da política econômica exigem a irreversibilidade desse superávit primário de 3,75% do PIB. "Há uma conta de chegada que ignora o calcanhar-de-aquiles da economia brasileira."

Segundo o professor da Unicamp, os oito anos de FHC comprometeram os próximos governos com um comportamento "ultraliberal". "Há opções. Nem todos os países seguem o 'padrão Malan'. Índia, China e Chile são três exemplos. A Malásia também teve uma saída diferente da sua crise e não criou o caos", justificou Plínio.